

O HIGIENISMO NO BRASIL E AS PROPOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DOS MATADOUROS E MERCADOS PÚBLICOS NAS CIDADES PAULISTAS

HYGIENISM IN BRAZIL AND PROPOSALS FOR CONSTRUCTION OF SLAUGHTER AND PUBLIC MARKETS IN SÃO PAULO STATE CITIES

¹VICIOLI, A. B.; ²MURILHA, D..

^{1e2} Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Faculdades Integradas de Ourinhos – FIO/FEMM.

RESUMO.

O presente artigo tem como objetivo o estudo das teorias e as concepções higienistas presentes junto ao corpo de médicos e engenheiros do Brasil a partir do início do século XIX até meados do século XX, verificando a repercussão das mesmas na construção de mercados e matadouros públicos nas cidades paulistas. A partir do final da segunda década do século XIX, a construção de matadouros e mercados passaram a ser administrados pelas municipalidades das cidades brasileiras. Estes edifícios estavam ligados à produção alimentícia e a circulação das mercadorias. Geralmente, os mesmos foram construídos em locais afastados do centro urbano nessa época, para assim, atenderem aos princípios higienistas. A partir de então, as políticas higienistas que em grande parte possuíam na teoria miasmática suas bases, passaram a explicar o controle das administrações públicas na comercialização dos gêneros alimentícios nas cidades. As Câmaras Municipais passam a ser as responsáveis pela construção e administração dos matadouros e mercados, da qual, a partir daí, os mesmos passaram a ser públicos, não mais particulares.

Palavras-chave: Higienismo. Mercados Públicos. Matadouros Públicos. Sanitarismo.

ABSTRACT.

This article aims to study the theories and conceptions hygienists present on the body of physicians and engineers from Brazil from the early nineteenth century until the mid-twentieth century, verifying the impact thereof on the construction of public markets and slaughterhouses in Paulistas cities. From the end of the second decade of the nineteenth century, the construction of slaughterhouses and markets began to be administered by the municipalities of Brazilian cities. These buildings were linked to food production and the movement of goods. Generally, they were built in locations away from the city center at this time, thus, meet the principles hygienists. Since then, the hygienists policies that largely had their bases in the miasma theory, began to explain the control of government in the marketing of foodstuffs in the cities. Municipalities are now responsible for the construction and management of slaughterhouses and markets, which, thereafter, they became public, not private.

Keywords: Hygienism. Public Markets. Public Slaughterhouse. Sanitarism.

INTRODUÇÃO.

A pesquisa aborda o estudo do higienismo no Brasil dando ênfase às características higienistas de algumas cidades paulistas e também apresenta as propostas elaboradas pelas Câmaras Municipais destas cidades para a construção dos matadouros e mercados públicos para o abastecimento das mesmas no período compreendido entre o século XIX e a primeira metade do século XX, visando os preceitos higiênico-sanitaristas estabelecidos pelas Posturas Municipais e pelo processo de modernização pela qual estas cidades estavam passando nesse período.

MATERIAL E MÉTODOS.

Para a elaboração deste artigo científico, foram coletadas e estudadas algumas referências bibliográficas que abordam aspectos relacionados ao higienismo no Brasil e as propostas para a construção dos mercados e matadouros públicos das cidades paulistas durante os séculos XIX e XX.

Além da coleta das referências bibliográficas, também foram consultados alguns sites para dar embasamento teórico para a elaboração da pesquisa sobre aspectos sanitaristas das cidades paulistas presentes em meados dos séculos XIX e XX.

Estas pesquisas foram fundamentais para a coleta de dados, para a partir desta coleta, elaborar este artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Através da leitura das bibliografias e dos sites consultados, foi possível entender de fato todos os conceitos relacionados ao sanitarismo e higienismo brasileiro e também as diretrizes que foram estabelecidas nas posturas municipais das cidades paulistas que determinavam como os mercados e matadouros públicos deveriam ser projetados, executados e implantados nas cidades paulistas durante os séculos XIX e XX.

As teorias médicas que estiveram presentes no continente Europeu durante o século XVIII também foram aplicadas pelos profissionais que atuaram no Brasil durante o século XIX. As ações estatais no campo da saúde pública se voltaram para o combate da varíola, da lepra e da febre amarela, doenças muito difusas neste período no país.

No início do século XIX, com a chegada da família Real na cidade do Rio de Janeiro, viu-se necessária a mudança do padrão da ação pública na área da saúde pública. As questões de salubridade na cidade tomaram um novo rumo e vigor e foram implantadas uma série de mudanças. Estas provocariam a renovação das preocupações com a situação sanitária da capital, em decorrência do comércio internacional que se implantava, para assim, favorecer e manter a sua defesa e desenvolvimento na cidade.

Na primeira metade do século XIX, as práticas dos médicos e engenheiros brasileiros, responsáveis pela saúde pública e pelo saneamento urbano, foram

fundamentadas na teoria miasmática¹, assim como pelos profissionais da Europa. O debate que ocorreu neste período no Brasil, através destes profissionais, visou a execução de melhorias urbanísticas nas cidades, com o objetivo de alterar as condições sanitárias das mesmas, até então precárias. Com base em novos conceitos, estes profissionais se uniram neste período para definir locais e estabelecer tipologias construtivas das edificações para se tentar resolver os problemas de salubridade nas cidades. Ao longo do século XIX, as Câmaras dos municípios brasileiros atuavam com o objetivo de evitar a insalubridade através de medidas de higiene pública, além de atuarem também no combate a propagação das epidemias, de fiscalizar os edifícios existentes considerados insalubres e inadequados e proporem a construção de novos edifícios públicos, estabelecendo diretrizes e parâmetros construtivos através dos Códigos de Posturas, tais como os mercados públicos e matadouros públicos.

Nas últimas décadas do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, as cidades paulistas, consideradas nesta época como as principais e mais importantes do país, devido a grande quantidade de café que se produziam nas mesmas, estavam sendo atingidas por uma série de surtos epidêmicos, decorrentes do alto índice de imigração presente, da falta de infra-estruturas urbanas e de saneamento das mesmas, como as redes de captação de esgotos, as de captação de água, entre outros diversos fatores que eram considerados pelos médicos e engenheiros como sendo as causas de propagação dos *miasmas*, ou seja, tudo o que causava doenças na população da época. Para se prevenir, evitar e combater o surto epidêmico que ocorria nas cidades paulistas, as Câmaras Municipais destas cidades, em conjunto com os médicos e engenheiros, estabeleceram e definiram uma série de normas, através dos Códigos de Posturas e projetos com diretrizes e parâmetros para as construções de infra-estruturas e edificações adequadas, para assim, criar condições de higiene e salubridade no meio urbano. Dentre estas edificações, estão os matadouros públicos e mercados públicos, que, neste período, eram vistos como os principais centros comerciais das cidades, onde, ocorria a produção, comercialização e a venda de diversos tipos de mercadorias e produtos, como café, cereais, carnes, peixes, frutas, legumes, chás, entre outros produtos da época.

Na cidade de São Paulo, Capital do Estado Paulista, nenhuma epidemia marcou tanto a vida da cidade quanto a epidemia de gripe, conhecida na época

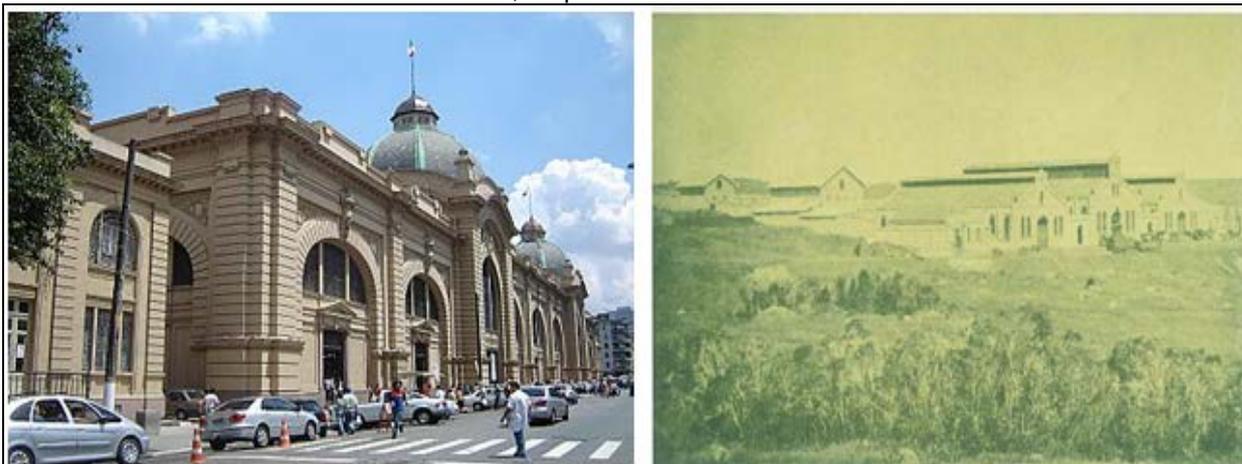
como gripe espanhola, provocando inúmeras mortes no ano de 1918, acometendo inclusive o presidente eleito, Rodrigues Alves. As maiores taxas de incidência epidêmica ocorreram nos bairros periféricos e nas áreas centrais da cidade de São Paulo, pois, nestas localidades, predominavam um grande número de cortiços, além da grande aglomeração humana, que facilitava ainda mais o contágio.

Outro problema que também propiciava a expansão e disseminação das epidemias neste período, era relacionado com as condições das habitações da população. Para se ter uma idéia, as condições de habitação da cidade de São Paulo eram precárias, predominando tanto na área central quanto nos bairros operários dos arrabaldes, como o Brás, Moóca, Cambuci, Bom Retiro, Barra Funda, Pari e Bexiga.

A maioria da população habitava em cortiços e casas geminadas, tendo estas, precárias condições sanitárias. A higiene era precária mesmo entre as famílias mais ricas e era muito freqüente a mortalidade entre os menores de um ano em todas as classes sociais da população da cidade. Dentre as doenças de transmissão hídrica, a mais emblemática deste período foi a febre tifóide. Conhecida desde o final do século XIX, esta foi uma das maiores causas de mortalidade na Capital Paulista. Os mananciais não protegidos, a contaminação da água de abastecimento, o leite, os legumes e as frutas contaminadas foram alguns dos fatores que favoreceram o aparecimento de grande número de casos das doenças na Capital Paulista.

No final do século XIX e início do XX, a cidade de São Paulo estava passando por uma série de melhoramentos públicos na infra-estrutura, através da canalização de esgotos e abastecimento de água. Dentre estas melhorias que estavam sendo executadas, em decorrência da expansão da cidade, a Câmara Municipal, tendo em vista destes melhoramentos, propôs através das Posturas Municipais deste período, que se construíssem mercados públicos e matadouros públicos na cidade, seguindo os preceitos higienistas estabelecidos pelas Posturas vigentes. Após a solicitação feita pela Câmara para a construção destes novos edifícios públicos, foram construídos os mercados públicos da Rua 25 de Março (1867), o de São João (1890), o Central (1933), sendo este último projetado pelo eng^o.-arq^o. Francisco de Paula Ramos de Azevedo² e o Matadouro Público da Vila Mariana (1884), conforme figuras 01 e 02.

Figuras 01 e 02. Imagem da Fachada do Mercado Público Central e do Complexo do Matadouro Público da Vila Mariana, respectivamente.



Fonte: GIORDANO, C. C.. Ações Sanitárias na imperial cidade de São Paulo: mercados e matadouros. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), PUC-Campinas, 2.006.

Na cidade de Santos, as leis municipais foram criadas a partir do ano de 1892, através das propostas efetuadas pela Câmara Municipal da cidade. As leis criadas em Santos entre os anos de 1892 e 1910, visavam especialmente às formas de controle urbano, em decorrência do aumento da epidemia de febre amarela que ocorria na cidade nesta época. Dentre as leis criadas, os Códigos de Posturas eram os que melhor representavam os meios de controle urbano. Estes Códigos estabeleciam regras claras, cujo objetivo principal era banir da cidade tudo o que não fosse adequado pelo projeto de modernidade, ou seja, uma cidade limpa, ampla e elegante.

Na década de 1890, a cidade de Santos foi pontuada por dois instrumentos legais: o Código Sanitário Estadual de 1894 e o Código de Posturas Municipais de Santos, criado em 1897. No ano de 1896, a Câmara Municipal de Santos elaborou um plano para a cidade, da qual, a Câmara tinha interesse em expandir o núcleo urbano, consolidando-o como uma cidade moderna. Para elaborar este plano, a Câmara contratou o engenheiro José Brant de Carvalho. Este plano também abrangia projetos para mercados públicos, moradias econômicas para operários, melhoramentos das Avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias, posto médico, abertura de novas ruas, arruamento da zona entre a cidade e a Barra da Ponta da Praia e a elaboração de um novo Código de Posturas, referente as edificações e viação pública. Em 1896, a Câmara também pretendia construir mercados públicos, um maior e central e outros menores espalhados pela cidade, para atender a

população da época. Após a solicitação feita pela Câmara para a construção destes novos edifícios públicos, foram construídos os Mercados Públicos das Canoas (1880), o do Peixe (1898), o Municipal (1902) e o Matadouro Público (1915).

No final do século XIX, em Campinas, a epidemia de febre amarela não só desorganizou a vida urbana em consequência do êxodo populacional, como também imprimiu, de forma imediata, uma nova faceta à cidade, sendo considerada como insalubre. No ano de 1893, se implantou na cidade os distritos sanitários, tendo como objetivos o controle e a vigilância da saúde da população, de acordo com os preceitos da Comissão de higiene local. A área da cidade que a Comissão deu prioridade nos trabalhos de vistorias foi a área central e alguns bairros periféricos da época, como o Botafogo e a Ponte Preta. Na área central, havia um maior fluxo de pessoas e de atividades relacionadas ao comércio.

Para combater e controlar as epidemias presentes na cidade, em conjunto com a Comissão Sanitária, havia também o trabalho do engenheiro da Câmara Municipal. Este profissional contribuía para a manutenção do policiamento sanitário considerado sistemático, onde este estabelecia uma continuidade de ações, além de recomendar uma nova concepção de como se deveria construir as novas edificações, inclusive os mercados e matadouros públicos, baseadas nos preceitos higienistas. Sanear o solo, o subsolo e o meio ambiente, ao mesmo tempo, eram o objetivo da administração pública para que, através destas medidas, resultasse num pleno saneamento da cidade. Segundo Souza:

O plano de saneamento adotado para a erradicação da febre amarela, abrangia três frentes de trabalho, tais como: o espaço urbano, com a intensificação da limpeza das vias públicas e esgotos; a manutenção sanitária nas instituições públicas (hospitais, mercados e matadouros) e desinfecções, pulverizações, desentupimentos de fossas, latrinas e poços nos interiores dos domicílios. A atenção da municipalidade também voltou-se ao embelezamento e melhoramentos, caracterizados como um conjunto de serviços para melhorias e valorização estratégica de alguns espaços públicos, como o emprego de paralelepípedos nos calçamentos, arborização e tratamento estético e urbanístico a serem realizados nos logradouros públicos.

Os locais de trabalho, como as fábricas e oficinas, bem como os estabelecimentos comerciais, tais como os mercados e matadouros públicos, tinham preceituados os cuidados higiênicos e sanitários a serem tomados com os seus freqüentadores e os seus produtos e serviços.

Durante as duas últimas décadas do século XIX e a primeira década do século XX, Campinas, considerada como uma das principais cidades paulistas, estava passando por uma série de melhoramentos públicos na infra-estrutura, tais como a canalização de esgotos e abastecimento de água. Dentre as diversas melhorias que estavam sendo executadas, em decorrência da expansão da cidade nesta época, a Câmara Municipal tendo em vista destes melhoramentos, propôs, através das Posturas Municipais, a construção dos mercados e matadouros públicos, seguindo os preceitos higienistas estabelecidos pelas Posturas vigentes na cidade. Após a solicitação feita pela Câmara para a construção destes novos edifícios públicos, foi construído o Mercado Público (1908) e o Matadouro Público (1882), ambos projetados pelo eng^o.-arq^o. Francisco de Paula Ramos de Azevedo.

Em relação a cidade de Sorocaba, esta teve seu desenvolvimento atrelado ao tropeirismo. A cidade, foi escolhida para a instalação do Registro de Animais. Este registro, era executado em um posto que fazia a cobrança pela passagem dos mesmos. Além deste registro de animais, a cidade também contava com uma série de estabelecimentos comerciais, além da pequena produção algodoeira e da lavoura de subsistência. Estas atividades garantiam a sobrevivência da população da cidade nesta época. No ano de 1871, as tropas e carros com mercadorias só poderiam parar nas ruas o tempo necessário para carregar e descarregar os produtos. Outra preocupação que também estava presente na cidade na década de 70 do século XIX, era a respeito dos chiqueiros. Estes, por se localizarem dentro do núcleo urbano, eram vistos como uma séria ameaça à salubridade. Para combater este problema, a partir da década de 1880, a Câmara Municipal proibiu a construção de chiqueiros nos quintais de suas casas. Isto ocorreu para evitar que houvesse epidemias na cidade, em decorrência da sujeira que os mesmos causavam na cidade.

Na década de 80 do século XIX, havia importantes jornais de grande circulação na cidade, entre eles, o *Diário de Sorocaba* e *O Americano*. Estes, publicavam críticas sobre as condições de salubridade em Sorocaba.

O Diário de Sorocaba publicou uma crítica onde relatava que se deveria tomar providências urgentes para tentar resolver os problemas de salubridade, como a construção de chafarizes e uma praça de mercado. Já, O Americano, indicava que a construção do novo matadouro público deveria ser construído abaixo do córrego Lavapés, pois, este era considerado como um foco de miasmas que tornava o ar da

cidade pestilento e mortífero. Nas duas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Sorocaba passou por uma série de melhoramentos públicos relacionados à infra-estrutura, através da canalização de esgotos e abastecimento de água. Dentre as melhorias que estavam sendo executadas, em decorrência da expansão de Sorocaba, a Câmara Municipal também propôs através das Posturas Municipais da época, que fossem construídos mercados e matadouros públicos, seguindo os preceitos higienistas estabelecidos pelas Posturas vigentes. Após a solicitação feita pela Câmara para a construção destes novos edifícios públicos, foi construído o Mercado Público (1938) e o Matadouro Público (1928).

Na cidade de Rio Claro, o surto epidêmico de febre amarela de maior proporção ocorreu no ano de 1892. Todas as ações dos habitantes da cidade, a partir deste ano, eram constantemente fiscalizadas e regulamentadas pelas Posturas Municipais. Para as autoridades sanitárias da cidade, o objetivo era descobrir o agente causal das doenças, da qual, os hábitos começaram a ser questionados, incluindo também, a forma de como eram vendidos determinados produtos comercializados nos mercados e estabelecimentos comerciais. Para tentar combater estes males, os Códigos de Posturas da cidade sempre tiveram em suas regulamentações uma série de preocupações com a questão da higiene. No Código de 1867, as regulamentações e as conseqüentes multas as pessoas infratoras iam desde a falta de asseio nas habitações, até a forma das construções, além de proibir também a criação de animais como porcos e galinhas nos quintais das habitações. No Código de Posturas de 1893, as regulamentações atingem mais que o dobro das regulamentações presentes no Código de 1864. Neste Código de 1893, se apresentava 58 artigos, destinados especificamente ao “Asseio, Higiene e Saúde Pública”. A Câmara Municipal de Rio Claro, tendo em vista estes melhoramentos, propôs, através das Posturas Municipais deste período, que se construíssem mercados e matadouros públicos na cidade, sendo estes executados tendo como base os preceitos higienistas, estabelecidos pelas Posturas vigentes. Após a solicitação feita pela Câmara para a construção destes novos edifícios públicos, foi construído o Mercado Público (1897) e o Matadouro Público (1900).

Nas últimas décadas do século XIX, com o crescimento do núcleo urbano da cidade de São Carlos, viu-se necessário introduzir uma série de melhoramentos urbanos. Estas medidas foram tomadas pelas autoridades municipais da época, com

o objetivo de modernizar a cidade em expansão e assim combater os surtos epidêmicos que ocorriam na mesma, em especial, o de febre amarela. Em 1890, foi o ano em que ocorreu um dos mais sérios problemas na cidade. Estes problemas consistiam na falta de abastecimento de água potável e de serviços de esgotos. Neste mesmo ano, a intendência procurou dar solução definitiva a estes problemas, contratando os engenheiros Malfatti e Huggins para o projeto e execução dos sistemas de abastecimento de água e de construção da rede de esgotos domiciliares. Na última década do século XIX, a cidade recebia importantes melhoramentos, que iriam contribuir mais adiante para a solução dos problemas de saúde pública, em todos os aspectos. São Carlos, ainda na última década do século XIX, também estava passando por uma série de melhoramentos públicos na infraestrutura. Dentre estas melhorias, estavam a canalização de esgotos e o abastecimento de água. A Câmara Municipal também propôs que se construíssem mercados e matadouros públicos na cidade, seguindo os preceitos higienistas e para atender de forma adequada a população da época. Após a solicitação feita pela Câmara para a construção destes novos edifícios públicos, foi construído, já no início do século XX, o Mercado Público em duas fases: a 1ª em 1903 e a 2ª em 1906, além do Matadouro Público neste mesmo período.

Na cidade de Piracicaba, o primeiro Código de Posturas foi aprovado em 1830, sendo estabelecidas algumas questões sanitárias que foram apontadas nos artigos, como quem jogasse na rua alguma coisa que pudesse apodrecer ou prejudicasse o trânsito seria multado. Nas Posturas de 1844, o artigo 01 aumentava o valor da multa para quem mantivesse os animais soltos pela vila: Proíbe-se que vaguem pelas ruas e praças desta Vila e Freguesia, cães, cabras e porcos, sendo autorizado o Fiscal a matar os primeiros, e os segundos sendo multados em quatro mil contos de réis por cabeça. Em 1847, a Câmara aprovava artigos que proibiam o atravessamento de gêneros alimentícios, inclusive peixe, antes de serem expostos à venda pelas ruas das povoações, além de proibir o trânsito de animais e cavalos soltos na Vila, que seriam apreendidos ou mortos, tudo sob pena de multas. Neste mesmo ano, a Presidência da Câmara recomendava que se tratasse com zelo e asseio o trabalho nos açougues. Antes da construção do matadouro público da cidade, o gado era abatido no antigo pasto de Santo Antônio, onde se pretendeu criar em 1830, o talho público em local situado nas imediações do córrego Itapeva – entre as ruas Prudente de Moraes, Benjamin Constant e Voluntários de Piracicaba.

Nas Posturas de 1849, o artigo 01 voltava a tratar dos animais soltos nas ruas e a regulamentação de abate e corte de reses tornava-se mais específica, sendo que nenhuma pessoa poderia matar reses dentro do quarto da Vila, senão no lugar da forca, e para tanto o Fiscal deveria fazer as devidas verificações. No Código de Posturas elaborado pela Câmara Municipal de Piracicaba em 1865, a Lei n. 108 reservava um Capítulo inteiramente sobre o Matadouro e as carnes verdes. O Título VII estabelecia oito artigos, definindo a política municipal a respeito dos abates e da comercialização das carnes em Piracicaba, impondo multas e estabelecendo as taxas. Quanto à venda para consumo público, o código estabelecia que a carne somente poderia ser vendida em açougue com licença da Câmara e onde fosse possível a fiscalização da limpeza e salubridade. A Câmara Municipal, tendo em vista dos melhoramentos pela qual a cidade estava passando, propôs, através das Posturas Municipais, que se construíssem mercados e matadouros públicos na cidade, seguindo os preceitos higienistas estabelecidos pelas Posturas vigentes. Após a solicitação feita pela Câmara para a construção destes novos edifícios públicos, foi construído o Mercado Público (1888) e o Matadouro Público (1912).

No início do século XX, através do Código de Posturas Municipais de 1902, foi definido para o desenvolvimento e expansão da cidade de Ribeirão Preto, a elaboração de um novo traçado das ruas e praças, sendo este em forma de tabuleiro. Neste período, em decorrência da expansão urbana e dos surtos epidêmicos que estavam presentes na cidade, a municipalidade passou a estabelecer um controle rígido quanto ao uso e ocupação do solo das atividades existentes e as que viriam a existir na cidade. Dentre estas atividades, podemos citar o matadouro municipal. Baseado neste controle, a municipalidade definiu que este equipamento deveria ser construído em local bem afastado da área central do núcleo urbano, pois, era considerado como sendo um edifício incômodo e poluente. Esse mesmo rigor era aplicado também a outros edifícios que exerciam atividades incômodas, tais como os mercados, hospitais, entre outros.

A modernização pela qual a cidade passava neste período, consistia em canalizações de córregos, arruamentos, ajardinamento de praças, execução de sistemas de abastecimento de água e redes de distribuição de esgotos domiciliares, entre outros melhoramentos urbanos. Todos estes melhoramentos que ocorriam através da municipalidade tinha como objetivo, evitar a propagação dos surtos epidêmicos no município, devido a falta de higiene e infra-estruturas adequadas

existentes até então. Daí, o motivo desta modernização e melhoramento no meio urbano. A cidade de Ribeirão Preto, como as outras cidades do interior paulista, também passou por uma série de melhoramentos públicos na infra-estrutura. Dentre estas melhorias que estavam sendo executadas, em decorrência da expansão da cidade, a Câmara Municipal propôs, através das Posturas Municipais, que se executassem mercados e matadouros públicos na cidade. Com a solicitação feita pela Câmara para a construção destes novos edifícios públicos, foi construído, no início do século XX, o Mercado Público (1900) e o Matadouro Público, sendo este último construído no final do século XIX.

CONCLUSÃO.

Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, pode-se concluir que os matadouros e mercados públicos foram construídos fora das áreas urbanas para atender as normas higiênico-sanitaristas criadas neste período pelas Câmaras Municipais das cidades paulistas, por serem considerados pelos médicos e engenheiros paulistas dessa época, como sendo edifícios insalubres e propagadores dos *miasmas*, além dos grandes surtos epidêmicos que ocorriam nas cidades brasileiras nessa época.

REFERÊNCIAS.

ALMEIDA, M.. **São Paulo na virada do século XX: um laboratório de saúde pública para o Brasil.** 2005, vol.10, n.19.

Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg19-6.pdf>; acesso em: 8 mar. 2014.

BARATA, R. B.. **Cem anos de endemias e epidemias.** 2000, vol.5, n.2; Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232000000200008&script=sci_arttext>; acesso em: 6 mar. 2014.

BRESCIANI, S. **Imagens da Cidade – Séculos XIX e XX.** ANPUH: São Paulo, Marco Zero (FAPESP).

CAMPOS, C. de. **São Paulo pela Lente da Higiene: as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945).** São Carlos: editora RiMa, 2002.

DAMASCENO, A. N.. **Rio de Janeiro: a cidade que os médicos pensaram e os engenheiros produziram.** In Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1996, 2 v.: il.

IYDA, M.. **Cem anos de Saúde Pública: a cidadania negada**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1.994 (Prismas).

JORGE, K. C. **Urbanismo no Brasil Império: a saúde pública na cidade de São Paulo no século XIX (hospitais, lazaretos e cemitérios)**. 2006. 224f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

MASTROMAURO, G. C. **Urbanismo e Salubridade na São Paulo Imperial: O Hospital de Isolamento e o Cemitério do Araçá**. 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.